



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

9ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2009**

Março/2010



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009

Porto Alegre, RS, 31 de março 2010.

Março/2010



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

RG – Relatório de gestão

IN – Instrução Normativa

DN – Decisão Normativa

TCU – Tribunal de Contas da União

CGU – Controladoria-Geral da União

Port. – Portaria

UJ – Unidade Jurisdicionada

9ªSRPRF - 9ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal

PPRF – Posto de Polícia Rodoviária Federal

UOPRF – Unidade Operacional da Polícia Rodoviária Federal (posto PRF)



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça
Tarso Fernando Herz Genro

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Diretor Geral
Hélio Cardoso Derenne

9ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Superintendente Regional
José Altair Gomes Benites

Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização
Assis Fernando da Silva

Chefe da Seção Administrativa e Financeira
Vanderli Ferreira Teixeira

Chefe da Seção de Recursos Humanos
Edson Hoffmann Porto

Chefe da Seção de Corregedoria Regional
Elson Jacob Aita Filho

Missão Institucional
Zelar pela Segurança Pública nas Rodovias Federais



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	008
A - CONTEÚDO GERAL.....	010
1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	010
2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	011
a) Responsabilidades Institucionais.....	011
I. Competências.....	011
II. Objetivos Estratégicos.....	012
b) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	013
I. Análise do mapa / plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.....	013
II. Plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão	014
c) Programas sob a responsabilidade da unidade.....	018
I. Relação dos programas do DPRF e suas principais ações.....	018
1.1. Dados Gerais do Programa 1386 - Desenvolvimento Instit. da Polícia Rodoviária Federal....	019
1.1.2. Ação 127N - Aquisição do Edifício Sede da 9ª SRPRF	020
1.1.3. Ação 8623 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal..	021
1.1.4. Ação 1835 – Implantação de Sistemas de Tecnologia da Informação	022
1.1.5. Ação 8698 - Manutenção e modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação....	023
1.2. Dados Gerais do Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais	025
1.2.1. Ação 2723 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais.....	025
1.2.2. Ação 4526 - Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais.....	027
1.2.3. Ação 2B11 - Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal	028
1.2.4. Ação 4290 - Atividades de Saúde nas Rodovias Federais	028
1.2.5. Ação 2524 - Capacitação do Policial Rodoviário Federal.....	029
1.2.6. Ação 2C78 - Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF.....	030
1.2.7. Ação 8703 - Atividade Correicional.....	033
1.2.8. Ação 2816 - Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal.....	035
1.2.9. Ação 8692 - Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais.....	035
1.3. Dados Gerais do Programa Programa 0750 - Apoio Administrativo.....	036
1.3.1. Ação 2000 - Administração da Unidade.....	036
1.3.2. Ação 2003 - Ações de Informática	039
II. Outros Programas e ações que não estão vinculadas a Programas do DPRF.....	040
2.1 Programa 1453 – Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI.....	040
2.1.2. Ação 8855 – Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública.....	040
2.2. Programa 1463 – Qualidade dos Serviços de Transporte	048
2.2.1. Ação 2346 - Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros	048
2.2.2. Ação 2347 - Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas	048



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

2.3. Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União	049
2.3.1. Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – servidores civis	049
2.4. Programa 1220 – Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada	049
2.4.1. Ação 8933 – Serviços de Atenção as Urgências e Emergências na Rede Hospitalar	049
2.5. Programa 1449 – Estatísticas e Avaliações Educacionais	049
2.5.1. Ação 4017 – Exames Nacionais de Habilidades e Competência	049
2.6. Programa 0153 – Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	050
2.6.1. Ação 8798 – Apoio a Promoção de Boas Práticas de Fortalecimento do Sistema de Grantia dos Direitos	050
d) Desempenho Operacional	051
I. Evolução das receitas e despesas	051
II. Indicadores de desempenho	051
III. Análise do desempenho.....	052
e) Execução Orçamentária	054
I. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	054
1. Despesas por Modalidade de Contratação	054
2. Despesas Correntes por Grupo de Elemento de Despesas	055
3. Despesas de Capital por Grupo de Elemento de Despesas	056
4. Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	057
3. RECURSOS HUMANOS	058
5. PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR – EXERCÍCIO 2009.....	061
6. TRANSFERÊNCIAS	062
11. DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	063
12. INFORMAÇÃO QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO AOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO, EXIGÍVEIS NO EXERCÍCIO A QUE SE REFERE O RELATÓRIO DE GESTÃO, NOS TERMOS DO ART. 7º DA IN/TCU Nº 55/2007.	065
13. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO SOBRE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS - SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA - SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART.	066



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

14. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS, PELOS RESPONSÁVEIS, RELEVANTES PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO.067

B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....068

1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL068

5. PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS069



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão está estruturado conforme Instrução Normativa TCU nº 57/2008, Decisão Normativa TCU nº 100/2009, Portaria TCU nº 389/2009, Portaria CGU nº 2.270/2009 e orientações complementares para sua elaboração emitidas pela Controladoria-Geral da União com versões de 16/12/2009 e 25/02/2010.

Os itens 4, 7, 8, 9 e 10 da letra A e, os itens 2, 3, 4 e 5 da letra B, bem como a letra C do anexo II da DN TCU nº 100/2009 **não se aplicam à natureza jurídica da UJ.**

A 9ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal é Unidade Descentralizada do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), não possuindo, portanto, orçamento próprio, vindo a compartilhar os recursos destinados ao Orçamento do DPRF, de acordo com critérios estabelecidos pelo mesmo.

Para tanto, este Relatório de Gestão visa correlacionar as metas, os resultados e a destinação dos recursos contemplados a 9ª SRPRFI nos Programas de Governo 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0750 – Apoio Administrativo, no exercício de 2009. Também cabe ressaltar o destaque de recursos do Ministério da Justiça do Programa de Governo 1453- Programa Nacional de Segurança e Cidadania – PRONASCI por intermédio da ação 8855 – Fortalecimento das Instituições de Segurança. Desse modo, o Relatório de Gestão torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito desta Superintendência Regional.

O ano de 2009 foi peculiar para a Polícia Rodoviária Federal do Rio Grande do Sul, que passou por mudanças com substituição do gestor no decorrer do exercício, o que trouxe uma nova dinâmica de trabalho à instituição. Somado a isso, além do desenvolvimento das ações institucionais também houveram outras ações fomentadas pelos recursos recebidos do Ministério da Justiça, tais como a Operação Fronteira e o Projeto de Videomonitoramento na BR 116 (região metropolitana de Porto Alegre) no RS.

A obtenção do recurso necessário para a aquisição da Sede Administrativa da 9ª SRPRF/MJ, também foi um marco no ano de 2009, considerando que desde o ano de 2001 se buscava atender esta demanda.

Para o exercício seguinte projeta-se a implementação da segunda fase da operação de combate ao crime na Região de Fronteira, com o apoio financeiro do Ministério da Justiça. Também projeta-se a execução de obras de construção e/ou reformas das unidades operacionais.

Na área operacional projeta-se a ampliação da fiscalização e do policiamento ostensivo através da movimentação do efetivo, baseada na matriz da implantação das equipes táticas, que são



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

formadas por servidores selecionados de acordo com seu perfil e que recebem um treinamento diferenciado voltado a atuação em conjunto com servidores de outras unidades, possibilitando um acréscimo significativo no efetivo local e conseqüentemente no quantitativo de veículos e pessoas fiscalizadas, repercutindo na almejada melhora dos resultados do combate a criminalidade, e na melhoria de nosso trânsito. Inserido neste contexto de disponibilização maior do efetivo para o policiamento, se pretende implementar a utilização do Termo Circunstânciado.

Com o presente documento, a 9ª SRPRF encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações sociais comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

JOSÉ ALTAIR GOMES BENITES
Superintendente Regional



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

A- CONTEÚDO GERAL

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: <i>Executivo</i>		
Órgão de Vinculação:		
Identificação da Unidade Jurisdicionada: <i>Departamento de Polícia Rodoviária Federal</i>		
Denominação completa: <i>9ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal</i>		
Denominação abreviada: <i>9ª SRPRF/MJ</i>		
Código SIOG: 2834	Código LOA: NÃO SE APLICA	Código SIAFI: 200119
Situação: Em funcionamento		
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo		
Principal Atividade: NÃO SE APLICA		Código CNAE: : NÃO SE APLICA
Telefones/Fax de contato: 51-3375-9700/3375-9791		
Endereço eletrônico: www.dprf.gov.br		
Página da Internet: www.dprf.gov.br		
Endereço Postal: Avenida A.J. Renner, n.º 2701, bairro Humaitá, Porto Alegre/RS, CEP 90.250-000		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.375 , de 02 de agosto de 2007 publicado no Diário Oficial da União de 03 de agosto de 2007 .		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Manual de Rotinas Operacionais, Portaria nº 25/2005/DPRF		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
NÃO HÁ		



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

2. Gestão Orçamentária

a) Responsabilidades Institucionais:

I. Competências:

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal tem a sua competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007.

Assim, além da própria competência constitucional, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, nos termos do Decreto nº 1.655/95 e do Regimento Interno, tem as seguintes atribuições:

- realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e o de terceiros;
- exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;
- assegurar a livre circulação nas rodovias federais podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

- executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades.

A 9ª SRPRF é classificada como uma unidade administrativa regional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal sediada no Estado do Rio Grande do Sul, tendo um quantitativo de 14 sub-unidades regionais administrativas denominadas “Delegacias” e, 43 unidades operacionais que realizam a fiscalização ostensiva distribuídos em pontos estratégicos do Estado.

O desenvolvimento desse conjunto de atividades consoante os seus compromissos regimentais com a segurança pública e a valorização da vida confere ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal um perfil institucional que o qualifica como o executor de múltiplas políticas de ações sociais, de variados segmentos da sociedade, decorrentes das demandas de setores da Administração Pública em diversos níveis hierárquicos, além de sua própria atribuição regimental.

Nesse diapasão é que o Departamento vem desenhando suas linhas de ação, buscando acompanhar esse processo evolutivo decorrente da diversificação das demandas sociais, dentre as quais, em grande número requerem a ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente, exigindo-se maior flexibilização e disponibilidade da Instituição Policial Rodoviária Federal.

II. Objetivos estratégicos

Os Objetivos estratégicos definidos pelo UJ para o ano de 2009 foram:

- redução do número de acidentes nas rodovias federais em conformidade com as diretrizes do DPRF;
- redução da mortalidade nas rodovias federais em conformidade com as diretrizes do DPRF;
- reforçar ações de combate a criminalidade nas rodovias federais;
- aquisição do edifício sede para a 9ª SRPRF;
- melhoria na estrutura das unidades operacionais baseada na melhoria do sistema de comunicação, estrutura física e renovação da frota de veículos (viaturas).
- concluir a contratação de empresa de arquitetura e/ ou engenharia voltada para elaboração de projetos de reforma das unidades operacionais;
- buscar novas fontes de recurso com outros órgãos para melhoria da capacidade de fiscalização e estrutura da UJ;



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

b) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

I. Análise do mapa / plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

A Unidade Jurisdicionada realizou diversas ações no sentido de promover a redução de acidentes, da mortalidade e no combate ao crime no decorrer do ano conforme demonstrado no capítulo seguinte – Plano de ação – destacando-se por ações de fiscalização preventivas direcionadas a locais de maior registro de ocorrências, fiscalização de nível de alcoolemia dos condutores, maior direcionamento dos policiais para a rodovia, realização de comandos direcionados, sejam ao combate ao crime (contrabando, abigeato, drogas, exploração sexual) ou ao transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e cargas.

Foram obtidos recursos diretamente com o Ministério da Justiça para a realização de ações de combate ao crime de abigeato e aos demais crimes do campo, praticados nas áreas de fronteira internacional. Com esses recursos foi possível realizar a melhoria da ação policial naquela Região, bem como, melhoria na estrutura com a aquisição de veículos operacionais e discretos para o serviço de inteligência, aquisição de equipamentos de radio comunicação, material de consumo para informática e curso de capacitação para o policiais rodoviários federais envolvidos na operação.

Outra ação que também recebeu recursos diretos do Ministério da Justiça, foi o Projeto inovador de Videomonitoramento na BR 116 (região metropolitana de Porto Alegre) no RS que buscou equipar o Estado do Rio Grande do Sul com uma ferramenta tecnológica eficaz contra a criminalidade e na prevenção e atendimento a acidentes de trânsito, proporcionando o acompanhamento de delitos e infrações praticadas ao longo do trecho duplicado da BR 116 bem como nos municípios que margeiam aquela rodovia, apresentando também um caráter preventivo e ostensivo.

A obtenção do recurso necessário para a aquisição da Sede Administrativa da 9ª SRPRF/MJ, também foi um marco no ano de 2009, considerando que desde o ano de 2001 se buscava atender esta demanda. O resultado favorável foi possível, tendo em vista uma conjugação de fatores que influenciaram de forma positiva, como acompanhamento por parte desta UJ de todo o processo, pois havia a necessidade da criação de uma ação específica no orçamento da União ena forma de Projeto de Lei e, posteriormente, ser votada e sancionada. Durante esse processo foi de vital importância o apoio da Unidade Central (DPRF), tanto na forma técnica como política, o apoio do Ministério da Justiça e também do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais que atuou junto ao Congresso durante a votação do Projeto de Lei.

Na parte estrutural, os avanços foram focados na Região da Fronteira com o aporte de viaturas, computadores e alguns equipamentos de radiocomunicação, todos novos, com os recursos oriundos do Ministério da Justiça em função da Operação Fronteira. Também com a execução da licitação de videomonitoramento da BR 116, poderá ser utilizada outra ferramenta tecnológica nas ações da PRF como a tecnologia da imagem. A rede de transmissão de dados que há bastante tempo não estava atendendo de forma satisfatória, neste ano começou a apresentar avanços em função da



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

contratação de outra empresa para este serviço com uma velocidade de transmissão maior, sem descuidar da segurança de rede. Ainda na área tecnológica houve a aquisição de 30 (trinta) computadores os quais serão distribuídos às unidades operacionais que não foram atendidas com o recurso da operação fronteira.

Também foi possível a contratação de empresa de arquitetura e/ ou engenharia voltada para elaboração de projetos de reforma de 36 unidades operacionais foi a mais uma importante realização do exercício, pois com isso poderemos dispor de condições técnicas de realizar as obras de reformas e adaptações dos Postos de Fiscalização instalados no Estado.

Na área operacional, dentre as atividades mais significativas desenvolvidas no ano de 2009, podemos relacionar a Operação Reciprocidade, que estabeleceu o planejamento estratégico adotado para a cobrança das multas aplicadas aos veículos registrados fora do Brasil.

Também mereceu destaque a Operação “Vale dos Sinos” que num dos segmentos viários mais críticos do estado, implementou de forma experimental, nos moldes previstos no Projeto Unaci do DPRF, o incremento significativo de policiamento através da convocação de servidores de outras unidades, visando com isto a intensificação das ações de fiscalização de trânsito e do policiamento ostensivo, buscando a redução dos índices de acidentalidade. Como poderemos observar ainda neste expediente, os resultados apresentados foram significativamente positivos.

É de bom alvitre destacarmos também a execução de uma Força Tarefa, voltada a realização do processamento dos autos de infração decorrentes da fiscalização executada mediante convênio com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Com o recurso disponibilizado foi realizado o Curso de Técnicas Policiais de Combate ao Crime – TPCC – para os policiais envolvidos na operação fronteira e que futuramente passarão a integrar as equipes táticas de fiscalização, visando padronizar procedimentos e nivelar conhecimentos, o que tem favorecido sobremaneira a realização de operações nacionais, a conduta técnico-operativa do efetivo e a segurança destes servidores.

II. Plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

Ao longo de 2009, a 9ª SRPRF desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

Através do policiamento ostensivo de ronda nos 6.000 km de rodovias federais existentes no Estado do Rio Grande do Sul, desenvolveram-se ações de fiscalização em pontos críticos de assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito. Durante o transcorrer do ano foram fiscalizados 173.616 veículos e 132.479 pessoas, e realizados 13.828 testes de alcoolemia, que resultaram na lavratura de 880 autuações e na prisão de 431 pessoas.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Apesar da intensificação da fiscalização por parte dos agentes desta Regional, não se conseguiu reduzir o número de acidentes em 2009, sendo que entre as causas que podem ter influenciado para isso estão o constante crescimento da frota nacional de veículos, combinado com a diminuição do efetivo operacional e com o aumento da malha viária sob responsabilidade da 9ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal. É salutar ressaltarmos que conforme estatísticas do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Rio Grande do Sul, a frota estadual passou de 4.138.550 veículos em 2008 para 4.417.646 veículos em 2009. E aqui não são computados os inúmeros veículos que são registrados e licenciados em outros estados, mas que permanecem durante todo o ano transitando no Rio Grande do Sul, fato esse que ocorre principalmente em razão das alíquotas do IPVA de alguns Estados do Brasil serem mais baixas do que no Rio Grande do Sul.

A despeito do número de acidentes ter aumentado, o número de mortos e feridos graves diminuiu no ano passado. Isso se deve, em grande parte, à análise dos acidentes ocorridos em 2008, a qual serviu de base para o direcionamento das atividades de 2009 e ainda a intensificação das fiscalizações de alcoolemia, velocidade e ultrapassagem. Dada a carência do efetivo, foram executados comandos e operações, e o serviço de fiscalização e prevenção de acidentes foi direcionado em razão dos fatores que causavam os acidentes de maior gravidade, permitindo-se assim a redução da gravidade dos acidentes e do número de mortos, conforme demonstrado na tabela a seguir:

ANO	ACIDENTES	FERIDOS		MORTOS
		LESÃO LEVE	LESÃO GRAVE	
2008	11047	4337	1526	396
2009	11711	4540	1466	380
VARIAÇÃO %	6,01	4,68	-3,93	-4,04

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito é a presença ostensiva na rodovia de viaturas operacionais, de forma a inibir o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de punição. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias.

Manteve-se para isso a utilização do expediente do Cartão Programa, que é um itinerário das tarefas que o policial irá realizar no decorrer do plantão. No Cartão Programa consta em quais trechos da rodovia a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além de trechos que deverão sofrer ronda, em horários específicos. O planejamento do Cartão Programa é elaborado pelo chefe de delegacia que, através do banco de dados da PRF, verifica os trechos com maior incidência de acidentes e criminalidade, programando, assim, o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto.

Ao longo de 2009 foram realizados vários comandos e operações específicos em todos os postos do Estado, que levaram em conta as particularidades de cada Delegacia, dando ênfase a algumas fiscalizações entre elas a de alcoolemia, a qual resultou num aumento significativo no número de autuações por embriaguez. A aquisição, por parte do DPRF, de etilômetros em número



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

suficiente para cada viatura de ronda, aliada à definição estratégica do combate a este tipo de infração em todo o Estado, fez com que no ano de 2009 fossem constatados e autuados quase 60% mais condutores em estado de embriaguez do que no ano anterior.

A 9ª SRPRF, durante a Operação Fronteira, atuou de forma direta com a alocação de recursos humanos, ações de mapeamento do local, ações de inteligência e fiscalização, todas em conjunto com as demais forças policiais. Uma das dificuldades no desempenho da operação foi a pequena disponibilidade de viaturas e policiais, pois havia necessidade de alocar equipes extras para reforçar os trabalhos de mapeamento e fiscalização. Com a liberação de recurso para custear diárias, esta situação foi contornada com a convocação de policiais do Núcleo de Operações Especiais e de outras localidades do Estado e também de fora do estado. Da mesma forma, com a aquisição dos veículos adequados, a operação começou a trazer maiores resultados, como o aumento da sensação de segurança do cidadão da Região, redução do crime de abigeato, apreensão maior de drogas e munições, entre outros.

No que tange as atividades integradas, a 9ªSRPRF/RS desenvolveu ações multidirecionais com os mais variados órgãos, como por exemplo: os Conselhos Tutelares no combate a exploração Infante-Juvenil; Ministérios Públicos Estadual e Federal em mandados de prisões e fiscalizações em estabelecimentos; Receita Federal com operações no combate ao contrabando e descaminho; Receita Estadual com apoio logístico, onde são utilizados a infra-estrutura dos postos PRF na fiscalização da circulação de mercadorias e serviços; Ações com o Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem na fiscalização do transporte intermunicipal de passageiros onde, a cada feriado prolongado são realizados comandos estratégicos nos Postos PRF com maior circulação de ônibus e passageiros.

Neste compasso, realizaram-se atividades voltadas com a segurança viária com parcerias com a Agência Nacional de Transporte Terrestres – ANTT, onde a 9ªSRPRF/RS desenvolveu mais de 20 operações relacionadas com a fiscalização no transporte interestadual e internacional de passageiros, transporte internacional de cargas e fiscalização ao excesso de peso. Este último, através de convênios firmados com as concessionárias das rodovias delegadas, instalaram-se balanças móveis nas unidades operacionais, onde desenvolve-se diuturnamente a fiscalização dos veículos de carga com excesso de peso, combate este, que resulta na segurança viária e na manutenção do pavimento das rodovias.

O ano de 2009 propiciou a consolidação do uso dos Sistemas de Tecnologia Integradas, com utilização de computadores de mão (EDA), definido, também, como **ENTERPRISE DIGITAL ASSISTANT**, popularmente conhecido como “talão eletrônico”. Esse equipamento tem dado maior agilidade à fiscalização e a lavratura de eventuais autos de infração, permitindo que um maior número de veículos e pessoas sejam fiscalizadas.

Neste sentido, outro fator que contribuiu para um incremento significativo na quantidade de multas de trânsito extraídas foi a utilização de controladores eletrônicos de velocidade, sendo que as multas extraídas por esses equipamentos representaram aproximadamente 59% do total das infrações extraídas no período.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Através de ações de modernização, a PRF pretende continuar desempenhando com mais eficiência a sua missão de manter a segurança pública nas rodovias federais, tendo como meta reduzir o número de acidentes e mortes, contribuindo para o bem estar da sociedade.

Entretanto, para que a 9ª SRPRF possa desempenhar de forma satisfatórias as demandas da sociedade, e ao mesmo tempo atender as freqüentes mudanças na legislação, o ingresso de novas atribuições regimentais, bem como para atender a demanda crescente de atribuições decorrentes da lavratura de Convênios, Acordos de Cooperação Técnica e demais parcerias com outros Órgãos da Administração Direta e Indireta, há a necessidade urgente de concurso público para a contratação de servidores para a atividade-fim, e para a atividade-meio, de forma a aumentar o quadro funcional.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

c) Programas sob a responsabilidade da unidade:

9ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal não possui programas sob sua responsabilidade por ser uma Unidade Jurisdicionada Regional, cabendo apenas sua execução. A responsabilidade pelos programas é da UJ Central, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

I. Relação dos Programas e suas ações que a UJ recebeu recursos

Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

Ações que a UJ recebeu recursos:

- 127N - Aquisição do Edifício Sede da 9ª SRPRF
- 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal;
- 1835 - Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação;
- 8698 - Manutenção e modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação;

Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais

Ações que a UJ recebeu recursos:

- 2524 - Capacitação do Policial Rodoviário Federal
- 2C78 - Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF
- 2723 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais
- 4526 - Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais
- 2B11 - Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal
- 4290 - Atividades de Saúde nas Rodovias Federais
- 8703 - Atividade Correicional
- 2816 - Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal
- 8692 - Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais

Programa 0750 -Apoio Administrativo

Ações que a UJ recebeu recursos:

- 2000 - Administração da unidade
- 2003 - Ações de Informática

Programa 1453 – Nacional de Segurança Pública com Cidadania -PRONASCI

Ações que a UJ recebeu recursos:

- 8855 – Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Programa 1463 – Qualidade dos Serviços de Transporte

Ações que a UJ recebeu recursos:

- 2346 - Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros
- 2347 - Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas

Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Ações que a UJ recebeu recursos:

- 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – servidores civis

Programa 1220 – Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada

Ações que a UJ recebeu recursos:

- 8933 – Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar

Programa 1449 – Estatísticas e Avaliações Educacionais

Ações que a UJ recebeu recursos:

- 4017 – Exames Nacionais de Habilidades e Competência

Programa 0153 – Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

Ações que a UJ recebeu recursos:

- 8798 – Apoio a Promoção de Boas Práticas de Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos

1. Dados Gerais do Programa

A apresentação dos dados gerais do programa e da ação ficarão limitados aos do órgão Central (DPRF). Em relação aos programas e ações dos quais esta UJ Regional recebeu recurso, oriundos de outros órgãos, constarão o título e os valores empenhados.

1.1. Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne – Diretor/DPRF
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	Ricardo Max de Oliveira Pereira -CGPLAM/DPRF
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do Programa	Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas
Público Alvo (beneficiários)	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

1.1.2. Ação 127N - Aquisição do Edifício Sede da 9ª SRPRF

1.1.2.1. Dados Gerais da Ação

Tipo de Ação	Projeto
Finalidade	
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	9ªSRPRF/RS
Coordenador nacional da ação	JOSÉ ALTAIR GOMES BENITES
Unidades executoras	9ªSRPRF/RS

1.1.2.1.1. Informações significativas sobre a execução da ação no exercício:

a) Principais Resultados:

A necessidade de aquisição do prédio que abriga a Sede Administrativa da Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Rio Grande do Sul, data do exercício de 2001, quando em função das condições precárias de instalação em que a Unidade se encontrava e a ausência de próprio da União para este fim, optou-se em alugar um imóvel com características mínimas para o desenvolvimento das atividades. Com a mudança da Sede se obteve um ganho substancial no desempenho das atribuições administrativas, bem como excelência no atendimento aos usuários e servidores. Também começaram a ser desenvolvidas atividades relativas a gestão da frota, treinamento físico, estruturação do acervo histórico e documental, entre outras. Evidencia-se, assim, resultado positivo em tal empreitada, sendo empenhado no final do exercício de 2009, o montante de R\$ 5.501.000,00 (cinco milhões, quinhentos e um mil reais) para aquisição pretendida.

b) Principais Problemas:

Do início da locação do imóvel, segundo semestre de 2001 e, considerando suas características: dimensões, localização, potencial de ampliação, etc, a Administração desta Unidade elegeu como objetivo sua aquisição, instruindo, para tanto, o processo nº



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

08.660.023.461/01. Daquele exercício até meados de 2009, o principal problema para a prossecução do feito foi a ausência de recursos orçamentários específicos e suficientes. A problemática relatada foi vencida no final de 2009 com a publicação da Lei 12.173, de 29 de dezembro de 2009, que abriu ao Orçamento Fiscal da União crédito especial com tal objetivo. Salienta-se que tal situação só foi possível pelo somatório de esforços – técnicos e políticos, capitaneados pelo Ministério da Justiça.

c) Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações
Seção Administrativa e Financeira, Ordenador de Despesas.

1.1.3. Ação 8623 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

1.1.3.1. Dados Gerais da Ação

Tipo de Ação	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	ROMMEL BRANDÃO
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

1.1.3.1.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

O valor recebido da Unidade Central (DPRF) que foi empenhado pela Unidade Jurisdicionada para execução da ação foi de **R\$ 329.814,65 (trezentos e vinte e nove mil e oitocentos e quatorze reais e sessenta e cinco centavos)**. Com a execução de R\$ 6.212,65 que foram investidos na reforma elétrica da unidade operacional de Parque Eldorado, o restante do valor foi alocado contratação de empresa de arquitetura e/ ou engenharia voltada para elaboração de projetos de reforma de 36 unidades operacionais. Tal contratação foi executada em consonância com a informação prestada no Relatório de Gestão do exercício de 2008, onde a Unidade Regional teve como foco principal para o exercício de 2009 a citada contratação, onde obteve êxito com a conclusão do procedimento licitatório que resultou na contratação de duas empresas. A referida contratação observa a diretriz adotada pela Administração-Geral do DPRF que somente autoriza o prosseguimento de obras e/ou reformas mediante a elaboração do respectivo projeto. Uma vez que a



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

contratação ocorreu no final do ano de 2009, restou prejudicado a execução de reformas nas unidades. Pretende-se o desenvolvimento de tais atividades no exercício de 2010.

b) Principais Problemas:

Ausência do contrato referente a elaboração de projetos para subsidiar as reformas das unidades operacionais.

c) Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações
Seção Administrativa e Financeira

1.1.4. Ação 1835 – Implantação de Sistemas de Tecnologia da Informação

1.1.4.1. Dados Gerais da Ação

Tipo de Ação	Projeto
Finalidade	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

1.1.4.1.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

O valor recebido da Unidade Central (DPRF) que foi empenhado pela Unidade Jurisdicionada para execução da ação: **R\$ 102.888,68 (cento e dois mil e oitocentos e oitenta e oito reais e sessenta e oito centavos)**. Tais recursos foram alocados na aquisição de Material permanente, conforme quadro abaixo:



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

ND	PI	VALOR TOTAL	QTDE – VALOR UNIT. - DESCRIÇÃO
449052	1406FF	R\$ 16.480,00	8x 2060 Radio VHF banda baixa
		R\$ 13.573,00	7x 1939 Radio VHF banda alta
		R\$ 1.763,00	43 x 41,00 aparelho telefone
		R\$ 3.674,99	21 x 175,00 aparelho telefone IP
		R\$ 2.189,99	30 x 73,00 aparelho telefone s/ fio
		R\$ 2.450,00	1 servidor de rede
		R\$ 670,00	2 x 335 no break
		R\$ 4.880,00	2 x 2440 – Placas de comunicação servidor PBX
		R\$ 1.999,00	1 Placa de comunicação servidor PBX
		R\$ 737,40	6 x 122,90 – adaptador telefônico
		R\$ 4.821,30	33 x 146,10 – Telefone IP
		R\$ 8.310,00	3 x 2770,00 – Notebook
		R\$ 41.340,00	30 x 1378 – Estações de trabalho
TOTAL AÇÃO		R\$ 102.888,68	

Com os valores disponibilizados foi possível dar continuidade a melhoria do sistema de telecomunicação das Unidades Operacionais (postos de fiscalização). Também houve o investimento na telefonia IP, sendo que com a aquisição de 21 aparelhos telefônicos IP que somados ao estoque que havia, está sendo possível sua instalação em todas as unidades operacionais. Com a utilização dessa tecnologia, espera-se reduzir o consumo de telefonia fixa no decorrer dos exercícios futuros.

A área de informática também recebeu investimento com a aquisição de 30 computadores (estações de trabalho), que da mesma forma, que os equipamentos anteriores, serão distribuídos para os postos de fiscalização.

Os demais itens foram adquiridos para atender as demandas do Núcleo de Telemática da Regional, para que estas pudessem dar continuidade ao desenvolvimento de seus trabalhos e da mesma forma atender as demais áreas.

b) Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações:
Núcleo de Telemática da 9ªSRPRF

1.1.5. Ação 8698 – Manutenção e modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação
1.1.5.1. Dados Gerais da Ação

Tipo de Ação	Projeto
Finalidade	Manter e modernizar os sistemas / equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações.
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

1.1.5.1.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

Valor recebido da Unidade Central (DPRF) que foi empenhado pela Unidade Jurisdicionada para execução da ação foi de **R\$ 1.030.392,01 (Um milhão, trinta mil e trezentos e noventa e dois reais e um centavo)**, sendo que deste valor, aproximadamente, 97% ficou comprometido com o pagamento dos serviços de telefonia e transmissão de dados, conforme quadro abaixo:

Natureza da despesa	Descrição da despesa	Valor
339039	Pagamento de serviços de Telefonia Móvel	R\$ 71.075,63
	Pagamento de serviços frame-relay	R\$ 593.922,42
	Pagamento de serviços de Transferências de dados (conectividade para os EDA'S)	R\$ 40.203,52
	Pagamento de serviços de telefonia fixa	R\$ 294.949,82
VALOR TOTAL		R\$ 1.000.151,39

Com o valor restante, foi possível adquirir material de consumo de informática, aquisição de peças para manutenção dos rádios de comunicação e o pagamento dos contratos de prestação de serviços existentes de manutenção de central telefônica, manutenção de rádios e fontes e conserto de um aparelho rural cel, conforme discriminado:

ND	VALOR TOTAL	QTDE – VALOR UNIT. - DESCRIÇÃO	
339030	R\$ 7.817,61	Contrato Mnt Rádios de Com e Fontes de Alimentação	
	R\$ 950,00	4,75 x 200 m cabo rede computados	
	R\$ 3.639,40	20 x 181,97 Kit Teclado /Mouse	
	R\$ 432,00	18 x 24 cabo USB	
	R\$ 811,44	4 x 202,86 – Gabinete p/ computador	
	R\$ 425,32	2 x 212,66 – adaptaor USB/Ethernet p impressora	
	R\$ 515,00	5 x 103 Disco Rígido	
	R\$ 808,50	49 x 16,5 – teclado computador ABNT2	
	339039	R\$ 9.751,85	Contrato de Mnt Central Telefônica
		R\$ 4.759,50	Contrato Mnt Rádios de Com e Fontes de Alimentação
R\$ 330,00		Conserto Rural Cel	
TOTAL	R\$ 30.240,62		



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

b) Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações
Núcleo de Telemática da 9ªSRPRF

1.2. Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito.
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne – Diretor/DPRF
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	Alvarez Simões Filho - CGO/DPRF
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do Programa	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais
	Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais
	Sensação de Segurança nas Rodovias Federais
Público Alvo (beneficiários)	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

1.2.1. Ação 2723 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

1.2.1.1. Dados Gerais da Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito... Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção, etc.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	CORACI RICARDO FERNANDES VIEIRA
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

1.2.1.1.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

a) Principais Resultados:

O Valor recebido do DPRF que foi empenhado pela Unidade Jurisdicionada para execução da ação foi de **R\$ 3.150.590,17 (três milhões, cento e cinquenta mil e quinhentos e noventa reais e dezessete centavos)**. A maior despesa desta ação é a que trata da manutenção e abastecimento das viaturas, que representa quase 88% valor empenhado (R\$ 2.770.336,37), sendo que o gasto com o abastecimento é bem expressivo. Abaixo segue quadro demonstrativo:

ND	VALOR TOTAL	DESCRIÇÃO
339030	R\$ 586.830,64	Manutenção de veículos – Peças
339039	R\$ 191.928,45	Manutenção de veículos – Serviços
339030	R\$ 23.853,52	Manutenção de veículos acidentados– Peças
339039	R\$ 6.483,91	Manutenção de veículos acidentados – Serviços
339092	R\$ 5.566,27	DEA Mnt veículos acidentados
339030	R\$ 1.895.773,58	Combustível p/ abastecimento da frota
339039	R\$ 59.900,00	Taxa de Adm. p/ abastecimento da frota
VALOR TOTAL	RS 2.770.336,37	

Conforme demonstrativo abaixo, foi possível adquirir materiais de sinalização para os postos de fiscalização, tais como cavaletes e pisca-pisca de sinalização, bem como, esteiras perfuradoras de pneus. Soma-se a esses o material preventivo para o efetivo de policiais rodoviários, tais como luvas descartáveis, óculos e máscaras de proteção, em função do surto de gripe A que ocorreu no ano de 2009 no Estado.

ND	VALOR TOTAL	QTDE – VALOR UNIT. - DESCRIÇÃO
339030	R\$ 36.550,00	215 x 170,00 – Pisca-pisca de sinalização de Trânsito
	R\$ 42.828,00	86 x 498 – Cavalete Controle de Trânsito
	R\$ 35.015,00	47 x 745,00 – Esteira de perfuradora de pneus
	R\$ 1.449,00	81 x 17,88 cx de luvas látex descartável
	R\$ 2.327,00	130 x 17,90 - cx de luvas látex descartável
	R\$ 3.218,60	770 x 4,18 – Óculos de proteção
	R\$ 2.780,98	422 x 6,59 – máscar de proteção descartável
	R\$ 16.360,00	Peças para Mnt Etilômetros
	R\$ 2.577,70	92 Cintas e 66 catracas p/ transporte de veículos
R\$ 1.178,00	400 blocos CIOP	
VALOR TOTAL	RS 144.284,28	

Outros materiais e serviços também foram adquiridos para atender demandas específicas da atividade-fim, conforme segue:



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

ND	VALOR TOTAL	QTDE – VALOR UNIT. - DESCRIÇÃO
339039	R\$ 700,00	Instalação de Bomba de combustível
	R\$ 7.550,00	Serv. Mnt. Etilômetro
	R\$ 1.504,64	352 blocos de formulário operacionais diversos
339139	R\$ 13.370,00	Taxa ref. aferição de 33 Etilômetros
339030	R\$ 11.442,50	Aquisição de uniformes
449052	R\$ 2.724,00	Bomba para abastecimento de aeronave
VALOR TOTAL	R\$ 37.291,14	

O valor gasto com diárias foi para atender as demandas operacionais de convocações, comandos de fiscalização e outras demandas de cunho operacional, que tiveram um aumento significativo que foi superior em mais de 100% em relação ao exercício de 2008. Isso se deu, por um aumento na atividade policial com a utilização de policiais de localizações diversas e, também pelo aumento no valor das diárias em função do decreto presidencial.

ND	VALOR TOTAL	QTDE – VALOR UNIT. - DESCRIÇÃO
339014	R\$ 37.816,33	Diárias
339014	R\$ 157.306,51	Diárias
339033	R\$ 3.555,54	Passagens Aéreas
VALOR TOTAL	R\$ 198.678,38	

b) Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações
Seção de Policiamento e Fiscalização e Núcleo de Serviços Gerais

1.2.2. Ação 4526 - Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

1.2.2.1. Dados Gerais da Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

1.2.2.1.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

O valor recebido do DPRF que foi empenhado pela Unidade Jurisdicionada para execução da ação foi de **R\$ 43.475,17 (quarenta e três mil e quatrocentos e setenta e cinco reais e dezessete centavos)** que foram destinados ao pagamento de diárias operacionais, na realização de operações policiais e especiais para combate ao crime.

b) Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações
Seção de Policiamento e Fiscalização

1.2.3. Ação 2B11 - Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

1.2.3.1. Dados Gerais da Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativa
Descrição	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	LUCIANO DA SILVA FERNANDES
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

1.2.3.1.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

O valor recebido do DPRF que foi empenhado pela Unidade Jurisdicionada para execução da ação foi de **R\$ 13.069,80 (treze mil e sessenta e nove reais e oitenta centavos)** que foram destinados ao conserto de 3 radares e aferição de 31 radares, para a fiscalização de velocidade nas rodovias federais.

II. Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações
Núcleo de Telemática



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

1.2.4. Ação 4290 - Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

1.2.4.1. Dados Gerais da Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros Órgãos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	LEJANDRE MONTEIRO
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

1.2.4.1.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

O valor recebido do DPRF que foi empenhado pela Unidade Jurisdicionada para execução da ação foi de **R\$ 10.550,45 (dez mil e quinhentos e cinquenta reais e quarenta e cinco centavos)** para a aquisição de material APH para equipar as viaturas resgate e uso nos comandos de saúde.

ND	VALOR TOTAL	QTDE – VALOR UNIT. - DESCRIÇÃO
339030	R\$ 3.946,25	35 x 112,75 - reagente diagnóstico quantitativo Colesterol
	R\$ 1.424,50	22 x 64,75 – reagente diagnóstico quantitativo Glicose
	R\$ 2.325,00	20 x 116,25 - reagente diagnóstico quantitativo Triglicerídeos
	R\$ 193,00	40 pcts ataduras
	R\$ 350,00	20 x 17,50 – colar cervical
	R\$ 890,00	10 x 89 – Bolsa p/ acondicionamento de materiais hospit.
	R\$ 700,00	2 x 350 – prancha de uso médico
	R\$ 208,78	2 x 104,39 - prancha de uso médico
	R\$ 145,00	20 x 7,25 - colar cervical
	R\$ 367,92	4 x 91,98 – lanceta uso médico
TOTAL AÇÃO	R\$ 10.550,45	

b) Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações
Núcleo de Registro e Medicina Rodoviária

1.2.5. Ação 2524 - Capacitação do Policial Rodoviário Federal

1.2.5.1. Dados Gerais da Ação



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atividades.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	RICARDO DE OLIVEIRA BETAT
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

1.2.5.1.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

O valor recebido do DPRF que foi empenhado pela Unidade Jurisdicionada para execução da ação foi de **R\$ 185.028,13 (cento e oitenta e cinco mil e vinte e oito reais e treze centavos)** para a promoção da capacitação dos servidores desta Unidade. O gasto com essa ação se deu com o pagamento de diárias e passagens aéreas de servidores que estavam na condição de alunos ou instrutores.

O investimento liberado para a UJ sofreu um acréscimo de mais de 170 % , em relação ao exercício anterior o que possibilitou manter as atividades de capacitação, principalmente na área de *Gestão*, buscando qualificar a atuação dos chefes e coordenadores de equipes. Através de esforços, tanto da Coordenação de Ensino, como desta Regional, foram capacitados chefes de Delegacias e alguns chefes operacionais, bem como servidores da sede administrativa da 9ªSRPRF. Algumas ações comprovaram a oportunidade e economicidade de se firmarem convênios com outros órgão públicos, especialmente na área de capacitação, a exemplo do *Curso de Liderança e Gestão*, fruto de convênio em nível nacional.

Afora os convênios firmados ou em construção, a qualidade do quadro de instrutores da regional permanece reconhecida também em outras Instituições, fatos comprovados pelos convites e



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

participações recebidos ao longo do ano, podemos citar o *Seminário Integração e Trabalho Policial*, realizado na cidade de Uruguaiana com a participação de todas as forças públicas da região.

Por fim, no decorrer de 2009 foram realizadas duas turmas do Curso de Formação Profissional, etapa classificatória e eliminatória do Concurso para provimento de cargos de Policial Rodoviário Federal. A 9ªSRPRF, esteve presente de forma ativa em todas as fases do concurso demonstrando a dedicação e profissionalismo de seu quadro de instrutores e orientadores pedagógicos.

b) Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações
Núcleo de Capacitação

1.2.6. Ação 2C78 - Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF

1.2.6.1. Dados Gerais da Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações críticas.
Descrição	Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	LEJANDRE MONTEIRO
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

1.2.6.1.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

O valor recebido do DPRF que foi empenhado pela Unidade Jurisdicionada para execução da ação foi de **R\$ 633,41 (seiscentos e trinta e três reais e quarenta e um centavos)** para o pagamento de diárias e contribuição patronal.

Embora praticamente não tenha recebido recursos, esta UJ, por intermédio do Núcleo de Administração de Pessoal, o grupo de servidores que compõe o PROSSERV (Programa de Saúde do Servidor), vem trabalhando de forma a obter uma melhoria nas condições de trabalho dos servidores, principalmente no que se refere ao atendimento psicológico ao servidor policial rodoviário federal, que por muitas vezes encontra-se em situações de risco e pressão psicológica,



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

tais como: enfrentamentos com indivíduos, atendimento e socorro à vítimas, combate ao crime, trânsito, entre outros. Este tipo de trabalho ainda é novo no âmbito da instituição e, em função disso acredita-se que os recursos disponibilizados tenham sido pequenos, mesmo assim, foi possível desenvolver e implementar várias atividades, tais como:

- 1) Participação no GT do SIASS em reuniões quinzenais realizadas nas dependências da UFRGS e INSS ;
- 2) Participação no GT Trânsito e Mobilidade Humana com reuniões mensais nas dependências do CRP/RS envolvendo as seguintes entidades: CRP, BM, PRF, EPTC, DETRAN, Fundação Tiago Gonzaga;
- 3) 1º grupo de PPA-Preparação para aposentadoria ;
- 4) Projeto Grupo permanente de aposentados ;
- 5) Patrulha da Saúde na Sede;
- 6) Campanha de vacinação: Influenza, Dupla viral, Hepatite;
- 7) Campanha de doações à creche da comunidade;
- 8) Participação no VI ENARH com apresentação dos trabalhos realizados na 9ª SPRF/RSPRF desde 2006 com o mapeamento das demandas em saúde na regional;
- 9) Participação do GT DPRF em Brasília de 18 à 23 de outubro para criação de projeto nacional de Saúde para os Servidores do DPRF. Este projeto receberá verbas da SENASP;
- 10) Participação em seminário ocorrido em Uruguaiana no dia 27 de outubro, promovido pela 13ª Delegacia/PRF e SinPRF/RS sobre “Trabalho e Integração Policial”;
- 11) Participação no I Curso de Capacitação de Vigilância e Promoção em Saúde dos Servidores Públicos Federais da Região Sul, de 09 à 13 de novembro no CEAD/UFRGS.

Além da realização das tarefas e eventos acima descritos o Serviço de Saúde realizou acolhimento de aproximadamente 87 servidores na forma de escuta qualificada na modalidade presencial, por telefone, por e-mails; encaminhamentos à perícia médica e acompanhamento dos casos psiquiátricos; realização de estudos sobre saúde do trabalhador que auxiliaram na elaboração de projetos de saúde.

O Acolhimento realizado pela equipe de saúde trata-se de uma escuta qualificada identificando as demandas pertinentes a saúde do trabalhador para encaminhamento à rede sócio-assistencial ou para o grupo de gestores da sede.

A participação no Grupo Grupo de Trabalho do SIASS garantiu atualização do grupo de saúde sobre as mudanças que o MPOG vem anunciando no sistema de atenção à saúde do servidor,



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

além de promover a integração e troca de informações entre servidores públicos ligados à área da saúde de vários órgãos federais no estado.

A criação do Grupo de Trabalho Trânsito e Mobilidade Humana surgiu da constatação de que os órgãos de trânsito isolados não darão conta da tarefa de reduzir acidentes e número de vítimas nas nossas estradas. A união de todos esses órgãos que trabalham diretamente com o trânsito e o Conselho Regional de Psicologia nasce da necessidade de pensar a mobilidade humana de forma integral com o objetivo de propor ações efetivas de mudança do quadro atual.

A equipe do PROSSERV apresentou projeto para contratação de serviço profissional na área de Psicologia para realização de Psicodiagnóstico em servidores da UJ. Tal procedimento verifica a presença e o grau de psicopatologias que podem causar sofrimento em seu portador e nos que estão a sua volta, com a finalidade de assessorar o Grupo de Perícias Médicas e Administração da Regional nas tomadas de decisões acerca dos melhores encaminhamentos para esses servidores.

b) Principais Problemas:

Recursos financeiros escassos; e

Falta de profissionais da área da saúde e assistência social para planejamento e execução de demais ações em prevenção, vigilância e assistência à saúde dos servidores da 9ª SRPRF/RS.

c) Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações

Núcleo de Administração de Pessoal

1.2.7. Ação 8703 - Atividade Correicional

1.2.7.1. Dados Gerais da Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF e assegurar o cumprimento das leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas.
Descrição	Apuração de denúncias, visitas preventivas, palestras. Pagamento de diárias e passagens para corregedores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	CIDENOR GUERRA
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

1.2.7.1.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

O valor recebido do DPRF que foi empenhado pela Unidade Jurisdicionada para execução da ação foi de **R\$ 100.064,56 (cem mil e sessenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)** para o pagamento de diárias e passagens aéreas. Deste valor, R\$ 33.265,26 (trinta e três mil duzentos e sessenta e cinco reais e vinte e seis centavos) foi concedido a outras UJ Regionais para o pagamento de despesas com o deslocamento de servidores convocado por esta UJ.

O valor foi utilizado basicamente para diligências correicionais e para instrução de procedimentos disciplinares dos servidores públicos desta UJ.

Abaixo um demonstrativo do número de procedimentos e denúncias que ingressaram para diligências preliminares no ano de 2009, contrastando com o número dos que saíram, após devidamente instruídos, do Núcleo de Assuntos Internos, quantificados por mês:

Mês	Entrada	Saída	Mês	Entrada	Saída
Janeiro	22	34	Julho	16	17
Fevereiro	19	18	Agosto	21	30
Março	38	16	Setembro	14	21
Abril	18	39	Outubro	12	11
Maio	10	26	Novembro	14	16
Junho	18	22	Dezembro	17	9

	Entrada	Saída
TOTAL	219	259

No ano também foram instaurados 81 procedimentos, destes, 52 Processos Administrativos Disciplinares - PAD, 19 Sindicâncias Administrativas Investigativas – SAI, e 10 Sindicâncias Administrativas Disciplinares – SAD.

Do universo dos procedimentos instaurados que estavam em andamento na Corregedoria Regional, 172 foram arquivados por falta de objeto, nem sequer foram encontrados indícios do cometimento de infrações disciplinares. Dos instaurados (SAI, SAD e PAD), 23 foram arquivados. Em 2009 foi possível dar vazão à parte da demanda reprimida existente, porém, ainda há muitos procedimentos a serem instruídos e, conseqüentemente, instaurados, o que exige um maior aporte de recursos humanos e financeiros.

b) Principais Problemas:

Um dos principais problemas enfrentados na área de Corregedoria é a existência de muitas outras atribuições que ainda não puderam ser desenvolvidas e o escasso número de servidores.

Outro fator que influencia diretamente na atividade correicional é a direta necessidade de recurso financeiro, visto que os servidores que trabalham nas Comissões, devem ser de unidade administrativas (Delegacia PRF) distintas da dos acusados, o que faz com que se tenha que realizar



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

deslocamentos fora da área de lotação dos servidores membros, o que implica obrigatoriamente no pagamento de diárias.

c) Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações
Corregedoria Regional

1.2.8. Ação 2816 - Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

1.2.8.1. Dados Gerais da Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

1.2.8.1.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

O valor recebido do DPRF que foi empenhado pela Unidade Jurisdicionada para execução da ação foi de **R\$ 32.068,60 (trinta e dois mil e sessenta e oito reais e sessenta centavos)** para o pagamento de diárias e passagens aéreas na execução de operações de caráter sigiloso.

b) Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações:
Núcleo de Inteligência

1.2.9. Ação 8692 - Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais

1.2.9.1. Dados Gerais da Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

	desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.
<i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i>	DPRF
<i>Coordenador nacional da ação</i>	MARIA ISABEL NOGUEIRA DE FARIA
<i>Unidades executoras</i>	DPRF e Unidades Regionais

1.2.9.1.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

O valor recebido do DPRF que foi empenhado pela Unidade Jurisdicionada para execução da ação foi de **R\$ 4.568,48 (quatro mil e quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos)** para o pagamento de diárias dos servidores envolvidos em palestras referente a educação de trânsito nas escolas. Também houve o encontro com um representante de cada Delegacia PRF para elaboração do Projeto Pedagógico para o ano de 2010 e a padronização das palestras da Comissão Regional de Educação para o Trânsito.

b) Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações

Núcleo de Capacitação

1.3. Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de programa	Não Existente
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	Não Existente
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do Programa	Não Existente
Público Alvo (beneficiários)	Governo Federal

1.3.1. Ação 2000 – Administração da Unidade

1.3.1.1. Dados Gerais da Ação



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	ERINALDO RODRIGUES ROBERTO
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

1.3.1.1.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

O valor recebido do DPRF que foi empenhado pela Unidade Jurisdicionada para execução da ação foi de **R\$ 4.757.161,60 (quatro milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, cento e sessenta e um reais e sessenta centavos)**, os quais foram empenhados conforme quadro abaixo. Destaca-se o valor de R\$ 2.626.329,77 (dois milhões, seiscentos e vinte e seis mil, trezentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos) para o pagamento dos contratos para prestação de serviço terceirizado e o valor de R\$ 1.202.139,29 (hum milhão, duzentos e dois mil, cento e trinta e nove reais e vinte e nove centavos) para o pagamento dos demais contratos.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

ND	PI	VALOR TOTAL	DESCRIÇÃO
319008	156PR9	R\$ 16.287,04	Auxílio Funeral – Ativo
339014	1403S	R\$ 87.853,10	Diárias
339030		R\$ 110.050,66	Aquisição de Materiais
339033		R\$ 8.533,75	Passagens Aéreas
339036		R\$ 198,62	Serviços PF
339037		R\$ 2.626.329,77	Contratos de 3º
339039		R\$ 1.202.139,29	Serviços PJ
339047		R\$ 8.269,14	CIP
339092		R\$ 15.601,35	Rec. Dívida – Torre Osório e Vigitec
339093		R\$ 77.164,00	Cedência Servidor MB
339139		R\$ 28.010,00	Publicações Legais
335039		R\$ 664,22	Convênio CIEE
449052		R\$ 23.100,00	140 x 165,00 estantes metálicas
		R\$ 12.450,00	30 x 415,00 – Câmeras digitais
		R\$ 35.777,50	DESTAQUE CONCEDIDO (DNIT)
VALOR TOTAL		R\$ 4.252.428,44	

O restante do valor (R\$ 504.733,16) foi principalmente para o pagamento de diárias e passagens aéreas por demandas da UJ (PI 1403S) ou demandas da UJ Central (demais PIs), sendo estas diferenciais pelo Plano Interno, além de outras pequenas despesas, conforme segue:



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

ND	PI	VALOR TOTAL	DESCRIÇÃO	
339014	1403S	R\$ 87.853,10	Diárias	
339014	1403CFP	R\$ 69.471,47	Diárias	
339033		R\$ 14.396,34	Passagens Aéreas	
339014	1403CGA	R\$ 9.450,12	Diárias	
339033		R\$ 2.833,27	Passagens Aéreas	
339014	1403CGO	R\$ 9.491,28	Diárias	
339033		R\$ 6.242,74	Passagens Aéreas	
339014	1403CGP	R\$ 5.486,95	Diárias	
339033		R\$ 5.414,48	Passagens Aéreas	
339014	1403CGR	R\$ 19.727,49	Diárias	
339033		R\$ 7.131,99	Passagens Aéreas	
339014	1403DG	R\$ 14.751,88	Diárias	
339033		R\$ 5.844,47	Passagens Aéreas	
339014	1403LO	R\$ 9.858,03	Diárias	
339030		R\$ 1.665,00	Material de divulgação	
339033		R\$ 10.091,28	Passagens Aéreas	
339036		R\$ 9.079,09	DIÁRIAS COLABORADOR EVENTUAL	
339036		R\$ 331,70	Serv. Cartório/Tabelionato	
339039		R\$ 1.881,00	Serv. PJ	
339047		R\$ 66,34	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	
339014		1403RT	R\$ 27.866,45	Diárias
339033			R\$ 17.153,00	Passagens Aéreas
339036			R\$ 1.398,90	DIÁRIAS COLABORADOR EVENTUAL
339014	1403VA	R\$ 3.335,25	Diárias	
339033		R\$ 19.649,20	Passagens Aéreas	
339036		R\$ 8.072,22	DIÁRIAS COLABORADOR EVENTUAL	
339039	1402AC	R\$ 13.911,60	Transportes de bagagens servidores Remoção Ex-Ofício	
339093		R\$ 122.278,52	Remoção Ex-Ofício	
TOTAL AÇÃO		R\$ 504.733,16		

b) Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações
Seção Administrativa e Financeira

1.3.2. Ação 2003 – Ações de Informática

1.3.2.1. Dados Gerais da Ação

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.
Descrição	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

1.3.2.1.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

O valor recebido do DPRF que foi empenhado pela Unidade Jurisdicionada para execução da ação foi de **R\$ 17.308,20 (Dezessete mil e trezentos e oito reais e vinte centavos)**, os quais foram empenhados para a aquisição do material abaixo relacionado, proporcionando um incremento na estrutura de *hardware* de diversas áreas administrativas da UJ, sendo possível com as multifuncionais, realizar funções que antes realizadas por mais de um equipamento resultando numa maior agilidade no desempenho das atividades, bem como os monitores fizeram parte da política de substituição, creditando uma economicidade de energia e conforto visual aos usuários.

ND	VALOR TOTAL	QTDE – VALOR UNIT. - DESCRIÇÃO
449052	R\$ 8.460,00	3 x 2820 = Impressoras Multifuncional
	R\$ 7.558,20	12 X 629,85 = Monitor LCD 22"
	R\$ 1.290,00	6 X 215 = Leitor de Cartão 5.1/4
VALOR TOTAL	R\$ 17.308,20	

b) Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações
Núcleo de Telemática

II. Outras ações que não estão vinculadas a Programas do DPRF

2.1. Programa 1453 – Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

2.1.2. Ação 8855 – Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública

2.1.2.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

O valor recebido via destaque orçamentário do Ministério da Justiça para o desenvolvimento da “Operação Fronteira” (AICCA – Ações Integradas de Combate ao Abigato) e o Projeto de Videomonitoramento da BR 116, totalizou um montante de R\$ 6.996.095,62 (seis milhões e novecentos e noventa e seis mil e noventa e cinco reais e sessenta e dois centavos), sendo empenhado pela Unidade Jurisdicionada o valor de R\$ 4.051.908,42 (Quatro milhões e cinquenta e um mil e novecentos e oito reais e quarenta e dois centavos), para a Operação.

Com o valor disponibilizado e empenhado foi possível adquirir 32 veículos caracterizados e descaracterizados e mais um ônibus, conforme relação abaixo:



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

VEÍCULOS ADQUIRIDOS PARA A OPERAÇÃO FRONTEIRA			
Descrição	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
Sedan Caracterizado – Renault/Megane Sedan	8	R\$ 48.440,00	R\$ 387.520,00
Camioneta Caracterizada 4x2 – GM/Blazer 2.4 4x2 gas/alc.	9	R\$ 73.500,00	R\$ 661.500,00
Camionete Caracterizada 4x4 – Nissan/Frontier 4x4 Cab. Dupla	5	R\$ 101.900,00	R\$ 509.500,00
Camioneta Caracterizada 4x4 c/ guincho – GM/Blazer 2.8 4x4	4	R\$ 122.250,00	R\$ 489.000,00
Furgão Caracterizado Posto Móvel – Daily Granfurgone 35S14 EE 3300)	1	R\$ 148.100,00	R\$ 148.100,00
Hatch Descaracterizado 1.6 – Ford/Fiesta Hatch 1.6	1	R\$ 36.100,00	R\$ 35.500,00
ônibus para no mínimo 40 lugares	1	R\$ 337.733,31	R\$ 337.733,31
Veículo tipo sedan, motor 2.0 Ford/Focus	3	R\$ 39.425,00	R\$ 118.275,00
Veículo Especial tipo camionete, Descaracterizada, 4x4, Ford Edge	1	R\$ 110.500,00	R\$ 110.500,00
VALOR TOTAL			R\$ 2.797.628,31

O investimento também foi realizado para aquisição de equipamentos para telefonia VOIP e equipamentos de radiocomunicação para serem utilizados nas unidades operacionais da Região de Fronteira Internacional. Da mesma forma, foram adquiridos materiais de consumo de informática visando atualizar os computadores dessas unidades. Abaixo Demonstrativo dos gastos:

MATERIAIS PERMANENTES DE TELEFONIA E TELECOM. ADQUIRIDOS PARA A OPERAÇÃO FRONTEIRA			
Descrição	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
Telefone sem fio	11	R\$ 73,00	R\$ 803,00
Telefone Voip	12	R\$ 175,00	R\$ 2.100,00
Rádio HT banda alta	35	R\$ 1.645,00	R\$ 57.575,00
Rádio HT banda baixa	10	R\$ 1.946,00	R\$ 19.460,00
Rádio Fixo banda alta	32	R\$ 1.939,00	R\$ 62.048,00
Rádio Fixo banda baixa	10	R\$ 2.060,00	R\$ 20.600,00
Rádio Fixo UHF	4	R\$ 2.038,73	R\$ 8.154,92
Controlador de Repetidora	4	R\$ 775,00	R\$ 3.100,00
Duplexadora banda baixa	4	R\$ 2.406,67	R\$ 9.626,68
Duplexadora banda alta portátil	4	R\$ 936,67	R\$ 3.746,68
Frequencímetro	1	R\$ 332,00	R\$ 332,00
VALOR TOTAL			R\$ 187.546,28



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

MATERIAL DE CONSUMO DE INFORMÁTICA			
Descrição	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
disco rígido computador	38	R\$ 140,00	R\$ 5.320,00
processadores computador alta performace	10	R\$ 789,00	R\$ 7.890,00
processadores computador	30	R\$ 290,00	R\$ 8.700,00
adaptador USB/Ethemet	15	R\$ 185,00	R\$ 2.775,00
mouse wireless	12	R\$ 222,00	R\$ 2.664,00
disco rígido	20	R\$ 94,99	R\$ 1.899,80
dissipador 12" para gabinete computador	38	R\$ 21,67	R\$ 823,46
mídias dvd gravável	500	R\$ 2,60	R\$ 1.300,00
fonte para computador	10	R\$ 265,00	R\$ 2.650,00
disco rigido	30	R\$ 106,19	R\$ 3.185,70
dsisipador 8" p/ gabinete	38	R\$ 9,33	R\$ 354,54
cabo rede para computador utp-5e	10	R\$ 253,00	R\$ 2.530,00
gravador dvd	20	R\$ 99,99	R\$ 1.999,80
placa mãe computador	10	R\$ 694,80	R\$ 6.948,00
placa mãe computador	30	R\$ 215,25	R\$ 6.457,50
fonte500w computador	43	R\$ 38,00	R\$ 1.634,00
teclado computador	43	R\$ 11,80	R\$ 507,40
teclado p/ computador	30	R\$ 13,85	R\$ 415,50
mouse usb	30	R\$ 8,00	R\$ 240,00
mouse ótico	43	R\$ 10,40	R\$ 447,20
gabinete p/ computador	43	R\$ 74,99	R\$ 3.224,57
conector para cabo de rede	50	R\$ 0,33	R\$ 16,50
fonte para notebook	15	R\$ 19,49	R\$ 292,35
placa de vídeo	4	R\$ 482,00	R\$ 1.928,00
penete de memória	73	R\$ 83,00	R\$ 6.059,00
módulo memória	15	R\$ 65,50	R\$ 982,50
disco rígido	15	R\$ 315,00	R\$ 4.725,00
cartão de memória	73	R\$ 20,00	R\$ 1.460,00
memória ddr3	38	R\$ 154,00	R\$ 5.852,00
filtro de linha	43	R\$ 17,40	R\$ 748,20
caneta memória	38	R\$ 61,50	R\$ 2.337,00
suprimento para impressoras (toner, cilindros...)	160	*	R\$ 39.118,34
VALOR TOTAL			R\$ 125.485,36

*modelos diversos



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Tendo em vista a utilização das viaturas policiais que já estavam em atividade até o recebimento dos veículos novos, foi necessário a aquisição de pneus e óleos lubrificantes para estas, bem como, alocar recursos para sua manutenção, conforme demonstrativo abaixo:

MATERIAL DE CONSUMO E SERVIÇO PARA VIATURAS			
Descrição	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
Manutenção de Viaturas – fornecimento de peças		*	R\$ 24.000,00
Manutenção de Viaturas – serviço		*	R\$ 16.000,00
pneus – diversos para viaturas	323	*	R\$ 78.433,44
óleos lubrificantes diversos para viaturas	2495	*	R\$ 18.793,21
VALOR TOTAL			R\$ 137.226,65

Com o recurso disponibilizado foi realizado o Curso de Técnicas Policiais de Combate ao Crime – TPCC – para os policiais envolvidos na Operação Fronteira e que futuramente passarão a integrar as equipes táticas de fiscalização, visando padronizar procedimentos e nivelar conhecimentos, o que tem favorecido sobremaneira a realização de operações nacionais, a conduta técnico-operativa do efetivo e a segurança destes servidores.

MATERIAL PARA TREINAMENTO			
Descrição	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
camiseta manga curta - aluno	260	R\$ 12,50	R\$ 3.250,00
camiseta manga curta – Instrutor	40	R\$ 12,50	R\$ 500,00
coberturas – bonés	65	R\$ 8,00	R\$ 520,00
Suprimento de Fundos	1	R\$ 765,50	R\$ 765,50
VALOR TOTAL			R\$ 5.035,50

Com o desenvolvimento “Operação Fronteira” (AICCA – Ações Integradas de Combate ao Abigeato) surgiram algumas denúncias e reclamações quanto a forma de atuação de alguns policiais, sendo necessário destinar recurso para o pagamento de diárias afim de dar vazão às atividades correicionais, tendo sido realizadas visitas correicionais às Delegacias e Postos envolvidos na operação, bem como a aquisição de uma filmadora.

Também foi necessário equipar os dois postos móveis envolvidos na operação com frigobar e microondas. Estes postos móveis permitem que a UJ possa manter equipes policiais em áreas rurais que não possuem unidades operacionais fixas e estejam afastadas dos centros urbanos das cidades. Em função da Região ser basicamente rural, foi necessário também a aquisição de aparelhos de GPS para uso das equipes envolvidas: Núcleo de Operações Especiais, Núcleo de Inteligência e Seção de Policiamento e Fiscalização. Além dos materiais permanentes foi necessário a aquisição de materiais de consumo como mapas, luvas de proteção para emprego tático, fones para rádios HT, folders para orientação dos turistas estrangeiros e faróis de busca manuais. Segue abaixo demonstrativo:



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

MATERIAIS PERMANENTES DIVERSOS			
Descrição	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
Forno Microondas	2	R\$ 298,00	R\$ 596,00
Frigobar	1	R\$ 565,00	R\$ 565,00
GPS	10	R\$ 1.500,00	R\$ 15.000,00
Câmera Filmadora c/ tripe	1	R\$ 1.427,00	R\$ 1.427,00
VALOR TOTAL			R\$ 17.588,00

MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS			
Descrição	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
mapas tamanhos diversos e alfinetes para mapas	9	*	R\$ 7.977,00
fonos de ouvidos c/ microfone rádio HT	20	R\$ 305,10	R\$ 6.102,00
farol manual localizador de veículos	33	R\$ 185,00	R\$ 6.105,00
luva de proteção p/ emprego tático	80	R\$ 99,00	R\$ 7.920,00
Folders orientativos	-	-	R\$ 6.490,00

O investimento inicial foi com o recurso das diárias e passagens aéreas no valor de R\$ 746.804,32 (setecentos e quarenta e seis mil e oitocentos e quatro reais e trinta e dois centavos), pois devido ao déficit no efetivo de policiais da UJ, com o valor liberado foi possível contar com o reforço de policiais de outras localidades do estado que não fossem fora da região de fronteira e, inclusive com policiais de outros estados. Do valor total, foram repassados R\$ 253.882,15 para outras UJ para o atendimento das convocações resultantes da operação.

DIÁRIAS E PASSAGENS AÉREAS		
Descrição	PI	VALOR TOTAL
Diárias	3004D	R\$ 53.456,22
Passagens Aéreas	3004D	R\$ 4.758,55
Diárias	3004K	R\$ 685.855,26
Passagens Aéreas	3004K	R\$ 2.734,29
VALOR TOTAL		R\$ 746.804,32

A 9ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal atuou de forma direta com a alocação de recursos humanos, ações de mapeamento do local, ações de inteligência e fiscalização, todas em conjunto com as demais forças policiais. O valor total gasto com diárias para essa operação pela área de Inteligência (NUIINT) da UJ foi de R\$ 63.918,36. Com isso foi possível realiar trabalhos de levantamentos de dados e mapeamento de pontos relativos ao crime de abigeato e outros crimes correlatos. Fez-se necessário para tanto o deslocamento do efetivo lotado no NUIINT/RS para as regiões de fronteira bem como a ação de Policiais Rodoviários Federais lotados nas delegacias de fronteira atuando como colaboradores da atividade de inteligência.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

O trabalho desenvolvido pelos agentes de inteligência destacados para a AICCA, resultou na produção de uma série de relatórios (transmitidos de forma escrita e/ou oralmente), sendo repassados ao chefe do NUINT/RS. Para dar maior celeridade ao processo foi realizada a capacitação de Policiais Rodoviários Federais para trabalharem como colaboradores da área de inteligência nas delegacias de fronteira.

Viaturas discretas foram disponibilizadas para viabilizar o trabalho dos agentes. Através do PRONASCI/Operação Fronteira, foram adquiridos 08 veículos descaracterizados e 08 computadores desktop completos.

A produção de conhecimentos de inteligência na região resultou em uma maior eficiência do trabalho operacional, onde foram identificados pontos vulneráveis e com isso foram intensificadas as ações de Policiamento e Fiscalização, com resultados bastante favoráveis, conforme demonstrado:

Comparativo dos resultados apresentados em todo o estado no exercício de 2008, com os resultados apresentado no somente na região de fronteira no exercício de 2009.			
Item	Apreensões 2º Semestre 2008 no RS	Apreensões 2º Semestre 2009 na Fronteira	Acréscimo em percentual
CDs/DVDs	710.542 un un	1.054.453 un	48,40%
Bebidas	4.732 lt	10.508 lt	122,06%
Munições	4.801 un	17.611 un	266,81%
Pescado	330 kg	3.049 kg	823,93%
Crack	1.114 gr	62.803 gr	5537,61%

Em relação ao combate aos crimes do campo, houveram os seguintes resultados: Fiscalização de 1114 veículos transportando animais, a verificação de 30.993 animais, que resultaram no recolhimento de 261 animais encaminhados a Polícia Judiciária para averiguação.

Para a execução do Projeto de Videomonitoramento na BR 116 no RS, foram disponibilizados R\$ **2.006.000,00 (dois milhões e seis mil reais)** que foram empenhos da seguinte forma:



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

PROJETO DE VIDEOMONITORAMENTO DA BR 116-RS		
Descrição	ND	VALOR TOTAL
Material de consumo – Projeto de monitoramento	339030	R\$ 246.976,21
Serviços – Projeto de monitoramento	339039	R\$ 159.000,00
Equipamentos do Projeto de monitoramento (câm. no-breaks)	449052	R\$ 1.600.023,79
VALOR TOTAL		R\$ 2.006.000,00

O referido projeto propõe a implantação de uma solução tecnológica de fiscalização através de um circuito fechado de televisão (CFTV) interligando câmeras com características específicas para uso rodoviário, instaladas ao longo da via de tal maneira que possibilite a visualização nos Centros de Controle de Operações (CCOs) e em viaturas operacionais, a totalidade do trecho duplicado da BR116/RS.

A instalação de rede *wireless*, vem ao encontro com a política do DPRF de diminuir a dependência da utilização de postos de fiscalização para total ação policial, e a rede proposta possibilita ao policial o acesso à totalidade dos sistemas utilizados pelo DPRF na própria viatura, bem como da visualização móvel das imagens geradas com a implementação deste projeto. Neste prisma, possibilita um aumento significativo da eficiência na ação policial tendo em vista já a proximidade do evento esportivo de grande vulto que ocorrerá em Porto Alegre em 2014 (Copa do Mundo).

O projeto também visa uma integração com as entidades de segurança pública municipais e estaduais e federais, aumentando assim, a eficiência na aplicação dos recursos públicos, pois possibilita a fiscalização integrada da Polícia Rodoviária Federal com as forças estaduais, secretarias municipais de segurança e de suas estruturas.

Com a utilização de **tecnologia para monitoramento**, também torna viável uma redução significativa no tempo de resposta para atendimento em casos de acidentes, propiciando uma diminuição no número de vítimas fatais, pois com um tempo de resposta menor, o cidadão envolvido em acidente também será socorrido em um período de tempo menor e em caso de falsa comunicação (trotes), evitará a alocação indevida de recursos.

Outra situação provocada pela presença ostensiva de câmeras, é subjetiva, a visualização dos equipamentos por si só já inibe parte das ações criminosas, pois não é possível identificar o ponto exato em que as câmeras estão focadas, trazendo como reflexo uma **sensação de segurança**.

Benefícios:

- Controle de Circulação Veicular no Combate ao Crime: controle inteligente da passagem de veículos, permitindo o acompanhamento de suspeitos na prática de ilícitos;
- Multiplicação da ação policial: o sistema permite que poucos policiais fiscalizem a área total de abrangência do projeto, minimizando os gastos em pessoal e maximizando a eficiência do efetivo já existente;



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

- Compartilhamento de informações: o sistema permite a integração na fiscalização, sendo possível o acompanhamento de suspeitos ao longo da rodovia mesmo que estes adentrem as ruas dos municípios que interligarem seus sistemas de monitoramento, sendo possível também o acompanhamento a partir do município até a área da rodovia;
- Identificação de Veículos infratores: o sistema propicia ao operador, a identificação da placa de infratores de trânsito a longa distância, possibilitando a extração de autos de infração diretamente pelo operador do sistema;
- Visualização de locais de acidentes: o sistema permite identificar instantaneamente a ocorrência de acidentes de trânsito, permitindo uma ação imediata, nesta situação, possibilita a análise das dimensões deste, auxiliando nas decisões sobre os recursos necessários a serem empregados em cada caso, evitando desperdícios no uso do aparato público em situações de baixa monta, e aumentando a chance de recuperação de feridos em acidentes de grande monta .
- Visualização da área da TRENSURB: A localização das câmeras propicia a visualização da área interna da TRENSURB, possibilitando a identificação de suspeitos sobre a linha férrea, diminuindo a frequência de furto de cabos de energia e por consequência uma maior disponibilidade do serviço a população, além da proteção ao patrimônio público.
- Aumento da presença policial no trecho: Com a rede *Wireless*, não existe a necessidade de deslocamentos constantes aos postos de fiscalização para confecção dos boletins de ocorrência e consultas a sistemas, aumentando assim a presença policial no trecho.
- Aumento da sensação de segurança: A presença ostensiva das câmeras ao longo da via, propicia aos cidadãos uma maior sensação de segurança, devido ao efeito multiplicador sobre os recursos humanos policiais, pois possibilita a fiscalização de grandes áreas por efetivos reduzidos.

O Ministério da Justiça liberou a execução de mais R\$ 380.545,00 (trezentos e oitenta mil e quinhentos e quarenta e cinco reais) para fortalecimento da instituição policial com a aquisição de 4 caminhonetes que serão utilizadas para montagem de equipes táticas especialmente voltadas para o crime nas Rodovias Federais. Também foi possível adquirir máquinas fotográficas digitais para instrumentalizar as equipes de rondas das unidades operacionais para o registro das ocorrências de acidente de trânsito e outras.

EQUIPAMENTOS			
Descrição	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
pick-up diesel Nissan cabine dupla	4	R\$ 92.750,00	R\$ 371.000,00
câmeras fotográficas digitais	23	R\$ 415,00	R\$ 9.545,00
VALOR TOTAL			R\$ 380.545,00

b) Principais Problemas:



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

A falta de materiais e equipamentos no início da Operação Fronteira, sendo que está situação foi sendo superada no decorrer do ano com o recebimento desses resultantes das aquisições.

c) Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações

Operação Fronteira: Gabinete do Superintendente e Seção de Policiamento e Fiscalização.

Projeto de videomonitoramento: Núcleo de Telemática

2.2. Programa 1463 – Qualidade dos Serviços de Transporte

2.2.1. Ação 2346 - Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros

2.2.1.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

O valor recebido do DPRF que foi empenhado pela Unidade Jurisdicionada para execução da ação foi de **R\$ 129.556,56 (cento e vinte e nove mil e quinhentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e seis centavos)**, sendo que deste valor, R\$ 25.700,00 (vinte e cinco mil e setecentos reais) foram destinados para aquisição de 500 cones de sinalização para serem utilizados na sinalização dos locais de fiscalização. O restante do valor foi destinado para o pagamento de diárias de policiais rodoviários que foram convocados para a realização das ações de fiscalização do serviço de transporte rodoviário interestadual e Internacional de Passageiros.

b) Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações:

Seção de Policiamento e Fiscalização da 9ª SRPRF/MJ

2.2.2. Ação 2347 - Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas

2.2.2.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

Foram liberados R\$ 91.502,00 (noventa e um mil e quinhentos reais) para o pagamento de diárias a policiais rodoviários que foram convocados para a realização das ações de fiscalização do serviço de transporte rodoviário de cargas. Também foram liberados mais R\$ 111.204,05 (cento e onze mil e duzentos e quatro reais e cinco centavos) para providenciar os meios necessários a realização dessas fiscalizações. Com isso foi possível a aquisição de materiais de consumo para as viaturas (pneus e óleo lubrificante), bem como para a prestação de serviço de manutenção destas.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

b) Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações:
Seção de Policiamento e Fiscalização da 9ª SRPRF/MJ

2.3. Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

2.3.1. Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – servidores civis

2.3.1.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

Foram executados o valor de R\$ 52.919,78 (cinquenta e dois mil e novecentos e dezenove reais e setenta e oito centavos) referente ao pagamento de auxílio funeral de 7 servidores durante o exercício de 2009.

b) Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações:
Seção de Recursos Humanos da 9ª SRPRF/MJ

2.4. Programa 1220 – Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada **Ações que a UJ recebeu recursos:**

2.4.1. Ação 8933 – Serviços de Atenção as Urgências e Emergências na Rede Hospitalar
Serviços de Atenção as Urgências e Emergências

2.4.1.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

A Unidade Jurisdicionada recebeu R\$ 1.865,52 (um mil e oitocentos e sessenta e cinco reais) para custear as despesas com diárias e passagens aéreas de um servidor para participar do curso Piloto de Formação de Motociclista Socorrista SAMU, que ocorreu na cidade de São Paulo-SP.

b) Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações:
Núcleo de Capacitação da 9ª SRPRF/MJ

2.5. Programa 1449 – Estatísticas e Avaliações Educacionais

2.5.1. Ação 4017 – Exames Nacionais de Habilidades e Competências

2.5.1.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

A Unidade recebeu R\$ 4.076,20 (quatro mil e setenta e seis reais e vinte centavos) para custear o pagamento de diárias para policiais rodoviários realizarem escolta das provas do ENEM no interior do Estado do Rio Grande do Sul.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

2.6. Programa 0153 – Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

2.6.1. Ação 8798 – Apoio a Promoção de Boas Práticas de Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos

2.6.1.1. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:

a) Principais Resultados:

Com a proposição de um plano de trabalho por parte da Unidade Central (DPRF) junto a Secretaria Especial de Direitos Humanos, foi repassado recurso no valor de R\$ 5.540,00 (cinco mil e quinhentos e quarenta reais) para esta Unidade para a aquisição de 02 microcomputadores pessoais (notebook) para auxiliar em ações policiais na proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente contribuindo, por meio de sua estrutura (que goza de capilaridade nacional), para fortalecer e potencializar as ações no âmbito da REDE de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes desaparecidos – REDESAP.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

d) Desempenho Operacional

I. Evolução das Receitas e Despesas

Abaixo evidencia-se os principais gastos ocorridos (despesas pagas), ao longo dos últimos três anos, onde verifica-se um aumento significativo nas despesas com diárias, sendo que isso se deve a dois fatores: maior deslocamento de policiais em função da Operação Fronteira e aumento no valor da diária conforme decreto presidencial.

Também na área de serviços terceirizados tem-se conseguido obter uma redução dos gastos, embora tenha ocorrido reajustes salariais em função dos dissídios das categorias contratadas. A UJ tem feito gestões nos contratos, no sentido de otimizar os gastos, um exemplo disso, é a redução na carga horária dos postos de limpeza alocados na unidades operacionais, que eram de 8 horas diárias e passaram para 6 horas diárias.

Descrição	Exercício		
	2007	2008	2009
1. Passagens	R\$ 119.499,18	R\$ 73.976,37	R\$ 191.233,66
2. Diárias e ressarcimento de despesas em viagens	R\$ 940.898,93	R\$ 344.170,33	R\$ 1.341.852,07
3. Serviços terceirizados	R\$ 2.491.570,46	R\$ 2.707.560,92	R\$ 2.627.461,34
3.1. Publicidade	-	-	-
3.2. Vigilância, limpeza e conservação	R\$ 1.725.923,55	R\$ 1.752.028,86	R\$ 1.479.117,24
3.3. Tecnologia de informação	-	-	-
3.4. Outras terceirizações	R\$ 765.646,91	R\$ 955.532,06	R\$ 1.148.344,10
3.5. Suprimento de fundos	-	-	-
4. Cartão de crédito corporativo	R\$ 845,75	-	R\$ 765,50
Totais	R\$ 3.552.814,32	R\$ 3.125.707,62	R\$ 4.161.312,57

II. Indicadores de Desempenho

Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

Para o Programa 1386, o DPRF por intermédio da CGPLAM adotou como indicador o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas, com o qual se pretende medir percentual de unidades com estrutura física, de dados, de comunicações e de viaturas adequadas (eficácia).

Fórmula de Cálculo: $ladq = (\text{Unid. Adequadas} / \text{Total de Unidades}) \times 100$



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Responsável pelo cálculo: CGPLAM

Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais

Para o Programa 0663 - Segurança pública nas rodovias federais – com base na Portaria nº 30, de 03 de junho de 2009, do Diretor Geral do DPRF, ficaram definidos como indicadores a Percepção de Segurança, a Taxa de Variação de Acidentes e a Taxa de Mortalidade, todos nas rodovias federais.

O indicador Percepção de Segurança será aferido por pesquisa quantitativa com usuários das rodovias federais brasileiras, estratificada por critérios de gênero, faixa etária e tipo de veículo.

O indicador Taxa de Variação de Acidentes será aferido pelo número de acidentes registrados na Unidade Regional relativo à quantidade de veículos da frota nacional.

O indicador taxa de Mortalidade será aferido pelo número de mortes registradas na Unidade Regional relativo à quantidade de veículos da frota nacional.

0750 – Apoio Administrativo

Não há indicadores.

III. Análise do desempenho

Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

Os indicadores apresentaram melhora nos três subindicadores utilizados que compõe o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas: unidades com estrutura física, de dados, de comunicações e de viaturas adequadas (eficácia) e essa melhora se deu pela continuidade dos investimentos principalmente nas áreas de Informática, telecomunicação e viaturas adequadas.

COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS	
% de postos adeq. Fisicamente	48,03%
% de postos adeq. quanto à Tecnologia da Informação	65,79%
% de postos adeq. quanto a Viaturas	85,53%
Icaif=(48,03% + 65,79% + 85,53%) /3 = 66,45%	



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

O indicador informa que 66,45% dos postos da 9ª SRPRF/MJ estão adequados fisicamente. Houve um aumento de 17,10 % da melhoria dos postos em relação à 2008, onde o índice ficou em 49,35%.

Comparativo 2008/2009			
Indicador	2008	2009	Comparativo
% de postos adeq. Fisicamente	41,86 %	48,03%	Melhor – 6,17%
% de postos adeq. quanto à Tec. da Inf	43,41 %	65,79%	Melhor – 22,38%
% de postos adeq. quanto a Viaturas	62,79 %	85,53%	Melhor – 22,74%

Quanto aos fatores que levaram a melhora do sub-índice % de postos adequados quanto à tecnologia da informação, em relação à 2008, foram devido aos investimentos realizados. A Regional tem priorizado os investimentos em informática com a aquisição de equipamentos novos para as unidades operacionais tais como impressoras e monitores. Nos computadores existentes tem ocorrido atualizações no *hardware*. Somado a isso, têm-se a aquisição de 30 computadores no final do ano de 2009 que ao serem recebidos em 2010, serão destinados as unidades operacionais. Também cita-se que a UJ recebeu 8 unidades para o desenvolvimento da Operação Fronteira.

Houve o investimento na reestruturação da rede de dados da Unidade Jurisdicionada através da implantação da rede MPLS que, quando concluída, irá proporcionar uma melhora substancial na velocidade de transmissão de dados e economia de telefonia fixa, com o uso de telefonia Voip (IP). Neste aspecto também foram realizados investimentos com a aquisição de telefones VOIP com o objetivo de equipar todas as 43 unidades operacionais, as 15 unidades administrativas e a sede da UJ. Foram adquiridos, ainda na área de telecomunicação, rádios Hts, rádios fixos, repetidoras e equipamentos para repetidoras que propiciaram a melhora da comunicação sobretudo nas Regiões de Fronteira e com a aeronave policial (helicóptero). Essas aquisições foram relevantes na melhora do indicador referente ao sistema de comunicação.

Em relação ao sub-índice de as viaturas adequadas, tem ocorrido a aquisição anual de veículos, concomitante com a realização de leilões de viaturas em condição de baixa, a UJ tem conseguido com êxito realizar a renovação gradativa da frota. No ano de 2009 com o recebimento de investimento direto do Ministério da Justiça, foi possível adquirir mais 32 veículos, entre viaturas caracterizadas e veículos discretos, e mais um ônibus.

Durante o exercício de 2009 a Regional continuou a dar prioridade ao desenvolvimento do projeto básico para contratação de empresa de arquitetura e/ ou engenharia voltada para elaboração de projetos das reformas das sub-unidades da Regional, onde obteve êxito no mês de dezembro. A pequena melhora do indicador se deu com a construção de 2 postos localizados na BR 101 – Sul, nas cidades de Torres e Osório, que foram construídos com os recursos do DNIT em função das obras na citada BR.

Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

INDICADORES DO PROGRAMA 663		
INDICADORES	METAS FÍSICAS - PPA2009	RESULTADOS
Taxa de Mortalidade	8,37/milhão de veículos	6,37 mortos/milhão de veículos
Taxa de acidentes	214,915 acidentes/milhão de veículos	197,434 acidentes/milhão de veículos
Sensação de Segurança	Não aferido	Não aferido

Em uma visão geral, a eficácia na redução de acidentes e mortes foram favoráveis em 2009, visto que houve uma redução na taxa de mortalidade, em relação à meta, de 23,89% e uma redução na taxa de acidentes, em relação à meta, de 8,13%.

Entendemos que o atingimento das metas foi possível devido à estratégia de estipulação de metas de fiscalização repassadas a todas as Regionais, conforme Portaria 30/2009/DPRF. Em 2009, foram realizadas diversas reuniões com as Delegacias, buscando o alcançarmos o atingimento das metas de fiscalização. É provado que o aumento de fiscalização, principalmente a de alcoolemia, tem influência direta na redução de acidentes e mortes.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

f) Execução Orçamentária

I. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	
	2008	2009	2008	2009
Licitação	R\$ 6.614.082,99	R\$ 13.081.659,02	R\$ 5.022.211,84	R\$ 8.612.185,90
Convite	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Tomada de Preços	R\$ 306.976,23	R\$ 0,00	R\$ 306.976,23	R\$ 0,00
Concorrência	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pregão	R\$ 6.307.106,76	R\$ 13.081.659,02	R\$ 4.715.235,61	R\$ 8.612.185,90
Concurso	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Consulta	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Contratações Diretas	R\$ 1.288.008,60	R\$ 6.819.887,25	R\$ 1.242.247,30	R\$ 1.136.458,52
Dispensa	R\$ 461.813,84	R\$ 6.001.174,90	R\$ 422.963,26	R\$ 485.921,57
Inexigibilidade	R\$ 826.194,76	R\$ 818.712,35	R\$ 819.284,04	R\$ 650.536,95
Regime de Execução Especial	R\$ 0,00	R\$ 765,50	R\$ 0,00	R\$ 765,50
Suprimento de Fundos	R\$ 0,00	R\$ 765,50	R\$ 0,00	R\$ 765,50
Pagamento Pessoal	R\$ 438.946,09	R\$ 1.411.058,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pagamento em Folha	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Diárias	R\$ 344.170,33	R\$ 1.341.852,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros *	R\$ 94.775,76	R\$ 69.206,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Não se aplica	R\$ 963.050,27	R\$ 1.720.452,86	R\$ 944.277,80	R\$ 1.699.553,60

2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupo de Despesas	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP Não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 - DESPESA DE PESSOAL	94.776	69.207	94.776	69.207	0	0	94.776	69.207
08 - Outros Benefícios Assistenciais	94.776	69.207	94.776	69.207	0	0	94.776	69.207
2 - JUROS E	0	0	0	0	0	0	0	0



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

ENCARGOS DA DÍVIDA									
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.155.591	10.905.216	7.049.425	8.812.680	1.106.163	2.092.535	7.039.234	8.782.514	
14 - Diárias - Pessoal Civil	622.396	1.341.852	622.396	1.341.852	0	0	622.396	1.341.852	
30 - Material de Consumo	1.998.459	3.447.521	1.151.772	2.478.473	846.687	969.048	1.147.981	2.448.307	
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	135.428	191.234	135.427	161.453	0	29.781	134.006	161.453	
35 - Serviços de Consultoria	3000	0	0	0	3000	0	0	0	
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	7.721	19.299	5.231	18.920	2.490	378	4.975	18.920	
37 - Locação de Mão-de-obra	2.704.848	2.627.461	2.560.765	2.613.899	144.083	13.563	2.560.765	2.613.899	
39 - Outros Serviços de Terceiros-pessoa Jurídica	2.520.054	3.048.362	2.421.454	1.977.813	98.599	1.070.548	2.416.794	1.977.813	
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	7.358	8.335	7.351	6.618	6	1.717	7.287	6.618	
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	4.216	21.709	4.216	21.709	0	0	4.216	21.709	
93 - Indenizações e Restituições	152.111	199.443	140.813	191.943	11.298	7.500	140.814	191.943	

3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupo de Despesas	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP Não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - INVESTIMENTO	624.431	5.147.342	74.822	2.597.242	549.608	2.550.100	74.726	2.597.242
52 - Equipamentos e Material Permanente	624.431	5.147.342	74.822	2.597.242	0	2.550.100	74.726	2.597.242
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	0	5.501.000	0	0	0	5.501.000	0	0
61 - Aquisição de Imóveis	0	5.501.000	0	0	0	5.501.000	0	0



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

6 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0	0	0	0	0	0	0	0
----------------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---

4. Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Os créditos orçamentários recebidos por destaque contribuíram para o custeio das atividades da Polícia Rodoviária Federal, permitindo o apoio técnico a outros órgão integrantes do Sistema Nacional de Segurança Pública.

A execução orçamentária desse tipo de crédito é facilitada, pois a gestão do contingenciamento compete ao Órgão Concedente, cabendo ao DPRF tão somente aplicá-lo de forma eficiente, procurando otimizar seus resultados operacionais.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

RECURSOS HUMANOS

a) Composição do Quadro de Recursos Humanos

Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	750	786	1500
Próprios	749	785	1499
Requisitados	1	1	-
Celetistas	0	0	0
Cargos de livre provimento	47	47	47
Estatutários	46	46	46
Não Estatutários	1	1	1
Terceirizados	129	129	167
Total	880	916	1667

b) Composição e custos de recursos humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	785	R\$ 63.805.956,09	R\$ 173.379,90	R\$ 5.474.839,23	R\$ 1.686.551,20	R\$ 1.505.259,10		
2008	777	R\$ 63.973.485,68	R\$ 216.424,29	R\$ 6.109.622,81	R\$ 1.688.437,29	R\$ 1.429.052,58		
2009	750	R\$ 71.801.543,37	R\$ 207.043,98	R\$ 6.421.639,08	R\$ 2.130.039,91	R\$ 1.133.055,87		
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	-	-	-	-	-	-		
2008	-	-	-	-	-	-		
2009	-	-	-	-	-	-		
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	-	-	-	-	-	-		
2008	-	-	-	-	-	-		
2009	1	R\$ 23.039,74	-	R\$ 2.357,87	-	-		
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	1	R\$ 33.286,15	-	R\$ 6.683,44	R\$ 2.227,81	R\$ 630,00		
2008	2	R\$ 121.090,44	-	R\$ 14.779,10	R\$ 4.926,36	R\$ 1.552,04		
2009	2	R\$ 185.229,22	-	R\$ 16.409,14	R\$ 5.275,46	R\$ 1.512,00		
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	1	-	-	-	-	R\$ 75.739,09		
2008	1	-	-	-	-	R\$ 78.949,28		
2009	1	-	-	-	-	R\$ 77.164,00		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	99	R\$ 1.725.923,55	13	R\$ 443.198,60	-	-	51	R\$ 149.309,92



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

2008	99	R\$ 1.752.028,86	21	R\$ 627.018,35	0	0	44	R\$ 30.482,16
2009	76	R\$ 1.649.853,48	21	R\$ 670.038,40	0	0	40	R\$ 93.562,19

b) Demonstrativo dos contratos de terceirização da área-fim no exercício de 2009

Sem ocorrências

c) Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

A Regional não dispõe de indicadores gerenciais na área de Recursos Humanos

d) Análise Crítica sobre a situação dos Recursos Humanos

● **Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão organizacional**

As competências desta 9ª SRPRF comuns são as definidas pelo Art. 144 da Constituição Federal/88, pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, pela Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995 e pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria MJ nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, as quais visam à preservação da incolumidade pública e a manutenção da paz social nos 6.000 (seis mil) quilômetros de rodovias federais sob sua responsabilidade, quanto nas áreas adjacentes, necessitando, para o alcance de tais objetivos, do suporte de servidores atuando na área-meio, a fim de tornar possível a realização da missão institucional do DPRF.

Visando a realização, com eficácia e eficiência, das atividades finalísticas desta regional, vem sendo empregado um efetivo de aproximadamente 750 (setecentos e cinquenta) servidores, divididos entre 15 (quinze) servidores administrativos e 735 (setecentos e trinta e cinco) servidores policiais. Para o bom andamento das atividades policiais seria necessário um substancial aumento no número no quadro de policiais rodoviários federais.

● **Adequação dos quantitativos de área-meio em relação à área-fim**

Devido a essa defasagem de pessoal, tanto na área-fim quanto na área-meio, há premente necessidade de ampliação do quadro de servidores administrativos e policiais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

O Plano Especial de Cargos do DPRF foi instituído pela Lei nº 11.784/2008, entretanto, tal normativo não estabeleceu o quantitativo de vagas necessárias para suprir as necessidades deste órgão. Foram enquadrados no referido plano os servidores oriundos de outros órgãos (por redistribuição ou remoção), que se encontravam em exercício neste Departamento. Vale ressaltar que o número de servidores enquadrados no Plano Especial de Cargos (15, conforme citado anteriormente) não é suficiente para atender à demanda das atividades da área-meio.

● **Desempenho funcional dos servidores e funcionários**

Não há indicadores.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

- **Necessidades de redução ou ampliação do quadro de recursos humanos, tanto próprio, quanto terceirizado**

Há a necessidade da realização de concurso público para ampliar o quadro de servidores pertencentes ao cargo de Policial Rodoviário Federal, bem como do plano especial de cargos do DPRF. Até que essa demanda seja atendida é de vital importância para o funcionamento do órgão que seja aumentada a quantidade de funcionários terceirizados para o desenvolvimento das atividades acessórias.

- **Necessidades de renovação do quadro próprio de recursos humanos no médio e longo prazo**

Para atender as demandas do Órgão é necessário a realização de concurso público periodicamente para preenchimento dos cargos vagos.

- **Planos de capacitação do quadro de recursos humanos**

O referido ponto já foi tratado quando da abordagem da Ação 2524 - Capacitação do Policial Rodoviário Federal, item 1.2.5 do presente Relatório

- **Efeitos dos planos demissionais**

Não há efeitos, pois não houve planos demissionais.

- **Impactos da terceirização na produtividade da UJ**

Devido ao baixo número de servidores administrativos e a necessidade de manter os policiais prestando serviços na área-fim, faz-se necessária a contratação de funcionários terceirizados para o desempenho exclusivo das atividades acessórias do órgão para que não haja descontinuidade dos serviços administrativos.

- **Política remuneratória da UJ**

O Órgão não possui uma política remuneratória própria, sendo enquadrada no planejamento do Governo Federal, gerido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

- **Situação e evolução do passivo trabalhista vinculado à UJ**

Não há indicadores.

- **Cumprimento do cronograma e medidas adotadas pelo órgão ministerial supervisor para substituição das terceirizações indevidas de atividades finalísticas da administração pública.**

Não há efeitos, pois a UJ não se enquadra na situação



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

5. PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR – EXERCÍCIO 2009

I. Execução de restos a pagar no exercício de 2009 por ano de inscrição no SIAFI.

RP processados				
Ano de inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
2007	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2008	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2009	R\$ 30.165,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

RP não-processados				
Ano de inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
2007	R\$ 1.406.284,15	R\$ 10.700,19	R\$ 1.383.451,92	R\$ 12.132,04
2008	R\$ 1.655.771,97	R\$ 84.756,74	R\$ 1.552.219,63	R\$ 30.927,64
2009	R\$ 10.143.635,19	R\$ 6.716,82	R\$ 480.412,75	R\$ 9.687.433,26

Obs: Posição de janeiro/2010

Cumprе salientar que o montante representativo de RP não-processados inscritos, relativos ao exercício 2009, deve-se pelos valores empenhados para a aquisição do prédio que abriga a Sede da Regional e pela contratação de empresa para a implantação do projeto de videomonitoramento da rodovia federal BR 116, trecho Porto Alegre – Novo Hamburgo.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

6. TRANSFERÊNCIAS

Esta Unidade Jurisdicionada possui convênio de despesa vigente, inexistindo transferências realizadas.



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

11. DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

a) Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Não houve auditoria no exercício 2009.

b) Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-032.803/2008-1	6171/2009 - TCU - 1ª Câmara	1.5.1	DE	Ofício SECEX-RS n. 1883/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
NONA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - SRPRF-RS					2834
Descrição da Deliberação:					
Determinar à 9ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal que, para o lançamento de despesas de exercícios anteriores, observe o art. 37 da Lei n. 4.320/1964, abstendo-se de enquadrar nesta rubrica despesas sem respaldo orçamentário;					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Seção Administrativa e Financeira					012282
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
O pagamento das obrigações, por meio de processos de despesas anteriores, justifica-se pela falta de crédito orçamentário no encerramento do exercício de 2002. Salienta-se ainda o fato de esta UJ ser mera executora, ficando dependente da Unidade Orçamentária (DPRF/MJ) para o efetivo cumprimento do disposto no art. 37 da Lei n. 4.320/1964.					
Síntese dos resultados obtidos					
Constatou-se nos exercícios subsequentes, uma considerável diminuição das ocorrências apontadas, creditando-se tais resultados às políticas adotadas pelas Unidades Orçamentária (DPRF) e Gestora (MJ) às quais esta UJ encontra-se subordinada.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
As políticas orçamentárias adotadas pela Unidade Orçamentária (DPRF) e pela Unidade Gestora (MJ) tiveram impacto determinante na diminuição das ocorrências nesta UJ.					



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					704
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC-017.261/2008-8	3044/2009 - TCU - 1ª Câmara	1.6.1	DE	Ofício SECEX-RS n. 954/2009
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
NONA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - SRPRF-RS					2834
Descrição da Deliberação:					
Determinar à 9ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal que, em caso de deslocamento em finais de semana, apenas autorize o pagamento de diárias relativas a estes dias se houver no pedido de concessão de diárias (PCD) a devida justificativa, conforme disposto no art. 5º, § 2º do Decreto n. 5.992/2006;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Seção Administrativa e Financeira					012282
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A partir do mês de setembro de 2008, esta UJ implementou o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP).					
Síntese dos resultados obtidos					
As inconsistências apontadas deixaram de existir, uma vez que no Sistema de Concessão de Diárias, vincula o lançamento das justificativas em campo específico, não podendo ser possível dar continuidade ao processo sem o respectivo preenchimento.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A implementação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens foi imprescindível para a adoção das providências, visto que vinculou a realização do procedimento à efetiva apresentação da justificativa.					



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

12. INFORMAÇÃO QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO AOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO, EXIGÍVEIS NO EXERCÍCIO A QUE SE REFERE O RELATÓRIO DE GESTÃO, NOS TERMOS DO ART. 7º DA IN/TCU Nº 55/2007.

a) Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

No exercício foram realizados os seguintes atos:

- Admissões: 0
- Desligamentos: 11 (8 demissões, 2 falecimentos, 1 exoneração)
- Aposentadoria: 14
- Pensões: 12 pensionistas - 10 instituidores



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

13. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO SOBRE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS - SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA - SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI 11.768, DE 14 DE AGOSTO DE 2008.

Informamos que os contratos, convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados pela 9ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria (SICONV), conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Porto Alegre, RS, 30 de março de 2010.

VANDERLI FERREIRA TEIXEIRA
Chefe da Seção Administrativa e Financeira



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

14. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS, PELOS RESPONSÁVEIS, RELEVANTES PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO.

De forma resumida, a ênfase na fiscalização de trânsito explicam o aumento no quantitativo de apresentações de condutor, de defesas e de recursos protocolados, conforme demonstram os quadros abaixo.

QUANTIDADE DE MULTAS INCLUÍDAS:

2006	2007	2008	2009
169550	194340	221604	342944

QUANTIDADE DE DEFESAS PROTOCOLADAS

2006	2007	2008	2009
9951	9556	12000	15000

QUANTIDADE DE RECURSOS PROTOCOLADOS:

2006	2007	2008	2009
8592	9355	10000	13500

QUANTIDADE DE APRESENTAÇÕES DE CONDUTOR

2006	2007	2008	2009
765	5355	18655	62409

ARRECADAÇÃO

	2006	2007	2008	2009
SIT/DETRAN	20.386.056,00	18.200.550,30	14.411.484,75	12.083.171,00
SISCOM/DPRF	1.352.506,15	3.512.119,84	8.488.111,67	16.302.024,40
TOTAL	21.738.562,15	21.712.670,14	22.899.596,42	28.385.195,40



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

1. Declaração do Contador Responsável



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
9ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/RS		200119	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	04 de março de 2010
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC n°	DF 9.261/O-7

José Carlos Gomes
CCONT/DPROG/SEAMJ
Coordenador



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
9ª Superintendência Regional/RS

2. Parecer da Auditoria independente sobre as demonstrações contábeis

Não se aplica a Unidade Jurisdicionada